

Perspectivas para novo recorde de turistas

Há alojamentos nos Açores que já estão esgotados para Julho e Agosto

O sector do turismo nos Açores tem a expectativa de que este ano vai bater novo recorde de dormidas, depois das mais de 3 milhões registadas no ano passado.

Há alojamentos turísticos na Região que já estão esgotados para os meses de Julho e Agosto, os mais procurados, registando-se uma procura acentuada por parte do mercado americano.

É este o sentimento que paira nos operadores e agentes presentes na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), que decorre até amanhã, sendo o pavilhão dos Açores um dos mais procurados.

Já no mês de Janeiro os Açores bateram um recorde de turistas e a ajudar o mercado para este ano veio agora a Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo (APAVT) anunciar que os Açores vão ser o seu destino preferido ao longo de 2023.

“Estamos aqui para vos dizer que os Açores, com grande felicidade nossa, vão ser o destino preferido da APAVT ao longo deste ano”, anunciou o Presidente da Associação na Bolsa de Turismo de Lisboa.

Segundo Pedro Costa Ferreira esta escolha tem por base “várias razões”, mas uma em particular.

“A principal (razão) é, obviamente, por aquilo que os Açores são como destino turístico: uma verdadeira onda de modernidade, quer do ponto de vista dos factores de atracção, quer do ponto de vista do trabalho que tem sido feito para preservar a sustentabilidade



(...), mas depois temos diversos ‘plus’: a grande verdade é que nós temos feito um trabalho que é metódico com a Região, que é metódico com o Governo da Região e estamos muito felizes com os resultados alcançados”, sublinhou Pedro Costa Ferreira.

O Presidente da APAVT lembrou que o último congresso nacional da Associação, no final de 2022, foi realizado em Ponta Delgada, e que essa altura é sempre o final de um caminho de traba-

lho, no qual combinaram que queriam continuar a trabalhar em conjunto.

“Destino preferido, entre amigos, apenas quer significar que eles se vão continuar a visitar na casa uns dos outros, que vão continuar a trabalhar juntos e vão continuar a dinamizar aquilo que é a nossa natureza, a nossa razão de vida, que é fazer/vender turismo e, ao mesmo tempo, dinamizar a Região num dos seus eixos de desenvolvimento económico mais importantes e abso-

lutamente assumidos pelo Governo”, acrescentou Pedro Costa Ferreira.

Por seu lado, a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral, agradeceu a escolha e cumprimentando o Presidente da SATA SGPS, Luís Rodrigues, lembrou que a companhia aérea “beneficiará, certamente”, deste anúncio.

“Ouvir durante esta Bolsa de Turismo de Lisboa este anúncio da APAVT é, obviamente, muito gratificante porque dá-nos a certeza de que no caminho que estamos a fazer, estamos bem acompanhados e estamos bem acompanhados com a maior associação de agentes de viagens dos Açores, simultaneamente, com a colaboração de todos aqueles que operam no sector: agentes de viagens, hoteleiros, de toda a animação turística dos Açores, companhias aéreas, todos aqueles que contribuem cada um à sua maneira e na sua quota parte para o sucesso do turismo” da Região, disse a governante regional.

Berta Cabral lembrou que “os Açores são um destino turístico recente, mas que se tem vindo a afirmar de forma muito consistente, sempre ancorado no princípio da sustentabilidade. Os Açores casam perfeitamente com natureza, com aventura, com preservação de recursos naturais, com sustentabilidade ambiental. E toda esta alavanca proporciona depois a sustentabilidade económica e a sustentabilidade social que os Açores precisam”, referiu.

30 personalidades escrevem ao Governo para invalidar mineração do mar profundo

30 personalidades assinaram uma Carta Aberta endereçada ao Governo português apelando a que a mineração em mar profundo seja considerada inviável, não apenas nas áreas mais vulneráveis, de alta biodiversidade ou áreas protegidas, mas em todo o oceano.

A carta, iniciada pela ANP|WWF e pela Sciaena, é assinada por cientistas, ex-ministros, artistas e especialistas em assuntos do mar e ambiente e apela a uma moratória até que os riscos ambientais, sociais e económicos sejam compreendidos de forma abrangente e esteja claramente demonstrado que esta actividade pode ser gerida de forma a assegurar a efectiva protecção do ambiente marinho, evitar a perda de biodiversidade e salvaguardar as comunidades costeiras e a saúde humana.

Os subscritores consideram que o Governo português deve juntar-se a um número crescente de países (Alemanha, França, Espanha, Ca-

nadá, Nova Zelândia, Chile, Costa Rica, Equador, Panamá, Palau, Fiji, Micronésia, Samoa) e aplicar o princípio da precaução, declarando já uma moratória à mineração do leito do mar profundo sob jurisdição nacional e defender o mesmo para as águas internacionais nas reuniões da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA) em Março e Julho de 2023. “Permitir a mineração em ambientes tão valiosos é um retrocesso e não um passo rumo a um futuro sustentável, equilibrado e equitativo.

A prioridade do Governo deve ser, sim, a de promover e financiar investigação científica sobre o mar profundo, para que, em conjunto, possamos assegurar a sua protecção e a preservação dos seus ecossistemas”, pode ler-se na carta.

Esta carta surge na mesma semana em que, num debate promovido pela ANP|WWF e pela Sciaena no Arquipélago dos Açores, o Governo desta Região Autónoma declarou publica-

mente que concorda com a moratória à mineração em mar profundo nos mares deste arquipélago, seguindo um posicionamento já marcado pela grande maioria dos partidos representados no Parlamento açoriano.

A mineração em mar profundo destina-se a extrair minerais como cobre, cobalto, níquel ou manganês do fundo do mar, com maquinaria pesada a operar em condições muito adversas e arriscadas (elevada profundidade e sujeitas a grande pressão), destruindo localmente ecossistemas e perturbando outros a largas centenas de quilómetros em redor.

Apesar do pouco conhecimento científico sobre estes habitats e os potenciais impactos desta actividade, sabe-se que se a indústria avançar, a intensidade e os métodos de mineração poderão destruir habitats completos, extinguir espécies e comprometer os serviços que eles nos proporcionam, prejudicando também as populações locais, principalmente as comunida-

des costeiras.

A ANP|WWF e a Sciaena temem que, a iniciar-se esta actividade em Portugal, um dos locais preferenciais alvo de exploração poderá ser a Região Autónoma dos Açores, internacionalmente reconhecida como um oásis para a vida marinha, sendo inclusivamente casa ou ponto de passagem de grandes migradores oceânicos, muitos deles classificados, segundo a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), como Em Perigo ou Ameaçados, e cuja protecção ficará em risco.

A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA) encontra-se a elaborar regras e normas globais aplicáveis à mineração em mar profundo em águas internacionais, as quais serão provavelmente concluídas em meados de 2023. Uma área de 1,2 milhões de km² de mar profundo em águas internacionais já foi licenciada para mineração pela ISA.